



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – DCONAMA

SEPN 505, Lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar - Asa Norte - 70730-542 – Brasília/DF

Tel. (0xx61) 2028-2207/2102 - conama@mma.gov.br

Resultado da 102ª Reunião Ordinária do CONAMA

Data: 25 e 26 de maio de 2011

Horário: das 09h00 às 18h00

Local: Auditório 1 Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte – SCEN, Trecho 2
Brasília - DF

1. Abertura da reunião pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Dia 25/05/2011

O Secretário Executivo do Ministério, Sr. Francisco Gaetani, abriu a reunião após verificação de quorum às 10h00. Deu as boas vindas a todos e teceu comentários acerca do Conselho, considerando-o um ativo intangível e de orgulho para todos. Justificou a ausência da Ministra Izabella Teixeira, que se encontrava no estado do Mato Grosso, acompanhando ações emergenciais para coibir práticas ilegais de desmatamento. Informou a intenção da Ministra do Meio Ambiente em abrir a sessão plenária do dia seguinte, às 9h00, com os objetivos de avaliar os desdobramentos da aprovação pela Câmara dos Deputados do novo Código Florestal e de informar sobre o combate ao desmatamento na Amazônia.

Convidou, então, o Dr. Paulo Nogueira-Neto para relatar sobre o encontro entre ele e os ex-ministros do Meio Ambiente com a Presidente Dilma Rouseff.

O Dr. Paulo Nogueira-Neto comentou que a reunião com a Presidente explorou as consequências do novo Código Florestal e que após a reunião, os ex-ministros saíram satisfeitos, uma vez que as preocupações externadas por eles eram também compartilhadas pela Presidente. Sobre a aprovação do Código no dia 24 de maio, disse estar preocupado quanto ao tratamento que o Brasil dará a suas florestas, na medida em que deveria ser privilegiada a preservação da biodiversidade. Finalizou dizendo que possui confiança e esperança nas ações do CONAMA.

Ailson Silveira Machado, Conselheiro do CONAMA pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH, falou em seguida, lamentando o assassinato de dois ambientalistas ocorrido no Estado do Pará, em região de conflito de terras. Informou que [nota pública](#) sobre o assassinato em questão encontra-se no *site* da SEDH. Informou também que a Secretaria já solicitou providências imediatas da polícia local e da polícia federal para apuração dos assassinatos que têm ocorrido na região, sendo a maioria referentes aos desmatamentos ilegais e à grilagem de terras públicas.

Dia 26/05/2011

Às 09h10 o Secretário Executivo do Ministério iniciou a reunião, pontuando que o principal momento do dia seria a oportunidade de contato da Ministra do Meio Ambiente com os Conselheiros. Agradeceu a presença de todos e passou a palavra à Ministra Izabella Teixeira.

Pronunciamento da Ministra do Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira.

Ela cumprimentou a todos e se desculpou pela ausência no dia 25, em função dos compromissos para a operação de fiscalização dos desmatamentos ilegais no Mato Grosso. Expôs como inaceitável a constatação do aumento do desmatamento na Amazônia, marcadamente no estado do Mato Grosso, em uma região sem histórico de desmatamento. Informou que houve aumento do ritmo do desmatamento em 15 % dos municípios. De acordo com a Ministra, esse quadro é inadmissível, do ponto de vista da política ambiental, quando se tem em vista as metas de redução das emissões de CO² apresentadas pelo Brasil. Citou a operação



iniciada no local, que envolve o Exército Brasileiro e o IBAMA, com o apoio do Governo do Mato Grosso, para identificar desmatamentos ilegais.

Elogiou a atitude do Governo do Mato Grosso que encaminhou ao Banco Central – BACEN – e ao Ministério do Meio Ambiente lista de todas as propriedades que estavam ilegais, assim como quais os bancos que as financiaram para que o BACEN tomasse providências em relação aos financiadores de práticas ilegais.

Informou a criação do Gabinete de Crise, que funcionará até o final do ano, para mobilizar órgãos federais e estaduais da Amazônia.

Em seu entendimento, há possibilidade de avanços das competências estaduais, no que diz respeito ao licenciamento de assentamentos rurais. Lembrou a dificuldade enfrentada pelos agricultores, quanto à regularização de suas atividades no campo, como o desmatamento e a queimada para práticas agrícolas. Disse que deve haver modificação nesse sentido. Lembrou que a agricultura familiar é parceira quanto ao posicionamento do MMA diante das alterações do Código Florestal e de que há preocupação de todos em buscar saídas urgentes para a regularização ambiental dos trabalhadores no campo. Informou que esse assunto está em discussão no Gabinete de Crise.

Sobre o assassinato do casal de trabalhadores rurais e defensores do meio ambiente no Estado do Pará, no dia 24 de maio, a Ministra se mostrou inconformada e enfatizou tratar-se de prática inaceitável no Brasil. Comentou que a Presidente Dilma Rouseff também está indignada com o ocorrido e que a Polícia Federal está trabalhando para apurar o crime e evitar que outros como esse voltem a ocorrer. Lembrou que a regularização fundiária e ambiental é vetor importante para diminuição da violência no campo.

A Ministra disse ter a tranquilidade de que o Governo tem proposta sólida, coerente e negociada com todos os segmentos da sociedade para que se possa ter um Código Florestal mais amplo, com perspectivas positivas para as florestas, inclusive as urbanas. Disse que a discussão na Câmara Federal ficou reduzida a interesses de grupos em detrimento do desenvolvimento de uma política ambiental, e enfatizou que o CONAMA deve se posicionar e propor normas construtivas em torno da agricultura sustentável.

Falou que não há nenhum conflito entre proteger o meio ambiente e produzir de maneira sustentável. De acordo com ela, as pessoas precisam perceber que a preservação do meio ambiente dá condições sociais e econômicas para que a sustentabilidade do agronegócio.

Disse que os três desafios deste século são segurança energética, segurança alimentar e segurança climática, que têm como essência os recursos da biodiversidade. Salientou que o nosso país tem papel ímpar no planeta, justamente pelas condições ambientais que possui.

Afirmou que o objetivo no momento é o trabalho com o texto do Código Florestal encaminhado ao Senado Federal. Entendeu que é necessária a correção do processo no Senado, uma vez que há condições políticas muito favoráveis. Ressaltou que é importante que esse Conselho Nacional do Meio Ambiente se posicione firmemente, não em uma postura de repúdio, mas em uma postura construtiva, a fim de buscar soluções e oportunidades. Acrescentou ser inaceitável que o Brasil tenha uma lei que traga retrocessos ou que tenha desequilíbrio entre a política agrícola e a política ambiental. Segundo ela, o CONAMA deve propor discussão sólida com todos os setores.

Disse não admitir que se diga que o Conselho esteja enfraquecido. Afirmou ser justamente o contrário, na medida em que em época de Rio+20 há abertura para se discutir agenda de modernização de normas e padrões ambientais. Lembrou do Programa de Qualidade do Ar, criado em 1990, e que precisa ser reformulado para servir de base para as discussões sobre o clima. Citou, ainda, a necessidade de adequação da Resolução que trata de licenciamento ambiental, datada de 1986.

Afirmou que a área ambiental não é mais uma questão marginal ou secundária, mas o ponto que condiciona o desenvolvimento e a competitividade. Destacou avanços do setor empresarial nas posturas quanto ao meio ambiente.



Defendeu a mudança do Regimento Interno do CONAMA e disse que a mudança de interlocução não se dá com o aumento do número de representantes de cada setor, pois não adiantaria vários Conselheiros que não tivessem a capacidade de negociar. Ressaltou que ter interlocução significa ir além dos muros da área ambiental.

Pediu a todos a prática do debate e o encaminhamento de propostas, baseadas no incentivo a práticas sustentáveis de forma a que se tenha a normatização de estímulos e não somente de leis punitivas. Disse que o CONAMA é o fórum que pode expor divergências, mas que pode, principalmente, buscar convergências.

A Ministra propôs uma agenda estratégica para o CONAMA, pediu e reiterou uma pauta contemporânea, moderna e inovadora para o Brasil, com inserção do desenvolvimento sustentável, discutindo todas as questões ambientais de igual valor aos debates preparatórios para a Rio +20 e o pós Rio +20.

Conclamou, por fim, no sentido de que seja construída uma nova fase do CONAMA e que o Conselho não fique prisioneiro da pequenez da política residual, na medida em que a política ambiental não é residual, mas estruturante do desenvolvimento, da qualidade de vida e do planeta.

2. Discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 101ª Reunião Ordinária, de 30 e 31 de março de 2011

Transcrição aprovada.

3. Apresentação de novos Conselheiros

Apresentação de novos Conselheiros realizada pela Diretora Substituta do DCONAMA, Adriana Mandarino.

4. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA

Adriana Mandarino fez considerações sobre a 101ª Reunião Ordinária do CONAMA, realizada em março, ocasião em que houve a aprovação da prorrogação da composição das Câmaras Técnicas - CTs até a entrada em vigor do novo Regimento Interno. Informou da solicitação das entidades ambientalistas para eleição de novos presidentes das CTs para este período. A questão foi submetida ao Plenário, que deliberou pela continuidade dos atuais presidentes de CTs até a sua recomposição, referendando entendimento da Secretaria Executiva do CONAMA.

5. Tribuna Livre (15 minutos)

Francisco Soares – Furpa: Solicitou um minuto de silêncio em respeito aos ambientalistas assassinados no Pará e pelo “assassinato” do Código Florestal, com a aprovação do texto pela Câmara dos Deputados, no dia anterior à Plenária. Teceu comentários a respeito da necessidade de informações sobre as Usinas Nucleares de Angra. Falou também acerca dos problemas existentes na Serra das Confusões e sobre a indenização ofertada pelo ICMBio com a compra de terras junto ao Governo do Piauí, terras que, de acordo com o Conselheiro, não possuem títulos. Solicitou que o Governo do Piauí comprove a titularidade das terras.

Paulo Brack – Entidades Ambientalistas da Região Sul (Ingá): Falou da necessidade de manutenção da Câmara Técnica de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infraestrutura do CONAMA. Citou a Portaria nº 9, de 2007, que define áreas prioritárias e questionou porque os grandes empreendimentos têm sido feitos nessas áreas. Disse que considera que a capacidade de suporte dos rios não está sendo considerada e afirmou a necessidade de debater sobre fontes alternativas de energia dentro da CT mencionada.

Joaquim Belo - Populações Tradicionais: Comentou sobre o lamentável episódio ocorrido no assentamento Praia Alta Piranhira, no município de Nova Ipixuna, estado do Pará, onde José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram assassinados, porque faziam denúncias sobre a retirada e a venda ilegal de madeira para carvão. Lamentou a morte trágica dos ambientalistas e disse acreditar, como representante das populações tradicionais, que devem ser priorizados projetos mais arrojados de sustentabilidade na região e que muitos outros cidadãos correm risco de vida, quando procuram defender uma forma alternativa de vida.

Fernando Marques – Ibama: [Agradeceu](#) aos Conselheiros do CONAMA pela aprovação da Moção, durante a última Reunião Ordinária, que fortaleceu a nomeação de cerca de 60 profissionais para o quadro funcional do IBAMA.



Mauro Buarque – Anamma Nacional: Comentou sobre o próximo encontro da Anamma Nacional, nos dias 25 a 29 de setembro próximos, na cidade de Sorocaba, estado de São Paulo, em comemoração aos 23 anos da Anamma. Salientou que o Governo Federal pode aprender com os governos municipais e que alguns acertos podem contribuir para o encaminhamento da discussão do novo Código Florestal.

Ronaldo Vasconcelos – Ponto Terra: Teceu comentários sobre [relatório apresentado](#) pelo ex-ministro José Carlos de Carvalho, que serviria de orientação para todos os encaminhamentos do Código Florestal, aprovado na Câmara dos Deputados. Salientou que 2011 é o Ano Internacional das Florestas e terminou com a seguinte frase: “o Brasil é umas das únicas nações do mundo que tem nome de árvore”.

Donizete Tokarski – Ecodata: Comentou sobre os acontecimentos do dia 24 de maio, dos assassinatos dos dois ambientalistas e do “assassinato” do Código Florestal, pois as mudanças nele feitas restringem a competência do CONAMA. Comentou sobre os avanços do CONAMA, dos critérios de melhoria da qualidade de vida e sobre o que foi aprovado na Câmara dos Deputados: “um velho código florestal”.

Passou a palavra ao ambientalista **Mário Mantovani**, que comentou sobre as muitas lições aprendidas na recente discussão e votação, na Câmara dos Deputados, da revisão do Código Florestal. De acordo com ele, o que se viu não foi falta de diálogo e sim, falta de governo. Disse acreditar que interesses de grupos prevaleceram sem o devido debate. Afirmou que houve distorção sobre questões fundiárias e forte presença de *lobbys*, comentou que o Governo reagiu atrasado. Segundo ele houve flagrante retrocesso com a aprovação na Câmara dos Deputados.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência, propostas de moção e de recomendação

A Mesa recebeu pedidos de vista, por escrito, por parte da ONG Proam para as Resoluções de Restingas e do PROMOT e da ONG Bioeste, quanto à Resolução do PROCONVE.

7. Ordem do Dia

7.1. [Processo nº 02000.000951/2007-99](#) – Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno do CONAMA, Portaria MMA nº 168/2005

Interessado: CONAMA.

Procedência: 60ª CTAJ. Data: 23 e 24/02/2011.

Tramitação: a primeira reunião do Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno do CONAMA – GARI ocorreu em 10/04/08 e os trabalhos foram finalizados em 24/04/09. A matéria foi enviada ao CIPAM, que discutiu o texto nas reuniões 48ª a 53ª, finalizando seus trabalhos em setembro de 2010, após compilação e votação das emendas apresentadas em Consulta aos Conselheiros. A minuta de alteração do RI foi aprovada na 60ª CTAJ, em 23 e 24/02/2011. Na 101ª RO houve proposta do MMA para que fosse realizado Dia de Trabalho, apresentando e discutindo a minuta com os Conselheiros, o que ocorreu em 04/05/2011.

Relator: MMA.

Foi pedido vista ao processo pelo representante da FBCN e, posteriormente, pelo Governo de Minas Gerais.

RESOLUÇÕES

7.2. [Processo nº 02000.000216/2011-61](#) – Complementação da Resolução nº 417/2009, que definiu vegetação primária e estágios sucessionais secundários de vegetação de Restinga

Interessado: MMA.

Procedência: 62ª CTAJ. Data: 05 e 06/05/2011.

Tramitação: o processo apresenta listas de espécies de vegetação de restinga para 14 estados da Federação, abrangidos pela Lei da Mata Atlântica: AL, BA, CE, ES, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP. Todos os estados discriminados foram consultados previamente para efeitos de validação das respectivas listas e as respostas de 10 estados foram publicadas no *site* do CONAMA. As minutas foram aprovadas na 18ª CTBio, dia 26/04/2011 e encaminhadas à 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011,



ocasião em que a minuta referente ao estado de São Paulo recebeu pedido de vista por parte de sua representação na Câmara Técnica. As demais foram aprovadas.

Relator: Presidente da CTBio.

Pediram vista para o processo em referência: Proam, Anamma Nacional e os Governos de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

7.3. Processo nº 02000.000103/2011-66 – Proposta de Resolução do CONAMA para regulamentar nova fase, mais restritiva, do Programa de Controle da Poluição do Ar por Ciclomotores, Motociclos e Veículos Similares - PROMOT - Volume I

Interessado: IBAMA.

Procedência: 62ª CTAJ. Data: 05 e 06/05/2011.

Tramitação: PROAM, CNI e ANAMMA Sudeste pediram vista da matéria na 45ª CTCQA e esta foi aprovada com emendas na 46ª CTCQA, nos dias 26 e 27/04/2011. Encaminhada à 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, foi aprovada, com emendas.

Relator: Presidente da CTCQA.

A entidade ambientalista Proam pediu vista, entretanto a mesa indeferiu o pedido, nos termos do art. 13, § 1º, c/c art. 16 do Regimento Interno do CONAMA.

Aprovada sem emendas.

7.4. Processo nº 02000.000107/2011-44 – Proposta de Resolução do CONAMA incluindo as máquinas agrícolas e rodoviárias nos controles do Programa de Controle da Poluição do Ar por veículos Automotores - PROCONVE

Interessado: IBAMA.

Procedência: 62ª CTAJ. Data: 05 e 06/05/2011.

Tramitação: FURPA e CNI pediram vista da matéria na 45ª CTCQA e esta foi aprovada com emendas na 46ª CTCQA, dias 26 e 27/04/2011. Encaminhada à 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, foi aprovada, com emendas.

Relator: Presidente da CTCQA.

A entidade ambientalista Bioeste pediu vista, entretanto a mesa indeferiu o pedido, nos termos do art. 13, § 1º, c/c art. 16 do Regimento Interno do CONAMA.

Aprovada sem emendas.

RECOMENDAÇÃO

7.5. Processo nº 02000.001478/2006-86 – Proposta de Recomendação para Inserção da Dimensão Ambiental nas atividades administrativas e operacionais na Administração Pública

Interessado: MMA.

Procedência: 62ª CTAJ. Data: 05 e 06/05/2011.

Tramitação: Na 22ª Reunião da CTEA, em 29/09/2010, foi deliberada a criação de GT, sob a coordenação da Sra. Kátia Perobelli, representante da ANAMMA Norte, e relatoria do Sr. José Marcius, do MMA. A proposta inicialmente apresentada como recomendação, passou a ser resolução. A matéria foi discutida e aprovada na 23ª CTEA, realizada em 09/12/10. A 61ª CTAJ, em 14 e 15/03/11, deliberou pela devolução da matéria à Câmara de Origem, onde houve adequação da Resolução às diretrizes da A3P, sem vinculação direta à referida Agenda. A 24ª CTEA, em 19/04/11, adaptou a minuta e reencaminhou à 62ª CTAJ, em 05 e 06/05/2011, ocasião em que os membros da CTAJ identificaram que o teor da minuta caracterizava-se como Recomendação e a aprovaram como tal.

Relator: Presidente da CTEA.

Aprovada com emendas.



MOÇÕES

7.6. [Processo nº 02000.002618/2010-10](#) – Proposta de Moção de protesto contra a usina de carvão Usina Termelétrica SUL Catarinense - Usitesc 440MW

Interessado: Sócios da Natureza.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25/11/2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada na 100ª RO, por falta de quorum. Na 101ª RO, realizada em 30 e 31/03/11, a ONG Ingá pediu vista do processo.

Relator: Ingá.

Moção rejeitada.

7.7. [Processo nº 02000.002616/2010-21](#) – Proposta de Moção que recomenda a não liberação da licença prévia, pelo IBAMA, para a construção de 5 hidrelétricas na Bacia do Rio Parnaíba

Interessado: Furpa.

Procedência: 100ª RO. Data: 24 e 25/11/ 2010.

Tramitação: Proposta de Moção não apreciada na 100ª RO, por falta de quorum. Na 101ª RO, realizada em 30 e 31/03/11, o Ministério das Minas e Energia – MME e as ONGs Amar, Proam e Ingá pediram vista do processo.

Relatores: MME, Amar, Proam e Ingá.

Moção rejeitada.

7.8. [Processo nº 02000.000702/2011-80](#) – Proposta de Moção, apresentada pela Bioeste, em repúdio à declaração do Ministro da Agricultura Wagner Rossi no que se refere à expansão da fronteira agrícola para Maranhão, Tocantins e Piauí

Interessado: Bioeste.

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31/03/2011.

Tramitação: apresentada durante a 101ª RO, realizada em 30 e 31/03/11, recebeu pedido de vista pelo Setor Florestal.

Relator: Setor Florestal.

Moção rejeitada.

7.9. [Processo nº 02000.000704/2011-79](#) – Proposta de Moção, apresentada pela Furpa, solicitando ao Governo Brasileiro reavaliar o Programa Nuclear, e ao MME, CNEN, Eletronuclear, IBAMA e MMA apresentarem, trimestralmente, ao plenário do CONAMA, relatório técnico conjunto das Usinas de Angra 1, 2 e 3, detalhando os processos de licenciamento ambiental e as medidas de segurança e de prevenção em caso de acidente nuclear

Interessado: Furpa.

Procedência: 101ª RO. Data: 30 e 31/03/2011.

Tramitação: apresentada durante a 101ª RO, realizada em 30 e 31/03/11, recebeu pedido de vista pelo Ministério das Minas e Energia.

Relator: MME.

Moção rejeitada.

PROPOSIÇÃO

7.10. [Processo nº 02000.001116/2011-52](#) - Proposição de manifestação do CONAMA em relação ao novo código florestal aprovado pela Câmara dos Deputados em 24/05/2011.

Interessado: CONAMA.

Procedência: 102ª RO. Data: 25 e 26/05/2011.

Proposta apresentada durante a reunião e acatada pela Plenária, de acordo com o disposto no art. 14 § 3º c/c art. 12 § 2º. A minuta foi trabalhada pelos conselheiros e, o texto consensuado, foi aprovado.



8. Informes

8.1. Informe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade sobre o processo de ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões

O Presidente do ICMBio, Rômulo Mello, prestou [informações](#) à Plenária do CONAMA sobre o processo de ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões.

8.2. Informe do Serviço Florestal Brasileiro – [Relatório](#) de Gestão de Florestas Públicas, 2010

O Presidente do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Hummel, [apresentou](#) o Relatório de Gestão de Florestas Públicas, ano 2010.

8.3. Informe da ANA - Articulação entre o CONAMA e o CNRH, Vazão ecológica e Vazão mínima remanescente.

O Informe será realizado na próxima Plenária.

9. Encerramento

A reunião foi encerrada no dia 26 de maio, às 11h40.